A RELAÇÃO ENTRE O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E A RETRAÇÃO DA OFERTA ESCOLAR RURAL NOS ÚLTIMOS ANOS NO BRASIL[1]

Roberta da Costa Lines

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a pesquisa que busca investigar a relação entre o avanço do agronegócio e a retração da oferta escolar rural que vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil. De acordo com os dados da Sinopse Estatística da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 1997 havia um total de 137.599 escolas rurais no Brasil e em 2023, restaram apenas 51.856 escolas rurais em funcionamento. Ou seja, nesse período foram desativadas 85.743 escolas rurais.

Simultaneamente ao processo da retração da oferta escolar rural, também vem ocorrendo uma expressiva expansão da área de produção do agronegócio em todas as grandes regiões brasileiras e os dois processos já vem sendo investigados há algum tempo. Assim, o trabalho que vem sendo realizado atualmente é a uma atualização dos dados para entender se os dois processos continuam ocorrendo e se a correlação que vem sendo investigada está perdurando e se agravando.

O objetivo da pesquisa em andamento é atualizar os dados e continuar analisando a relação entre o processo de retração da oferta escolar rural e a expansão do agronegócio nos últimos anos no campo brasileiro. Conforme Lines (2022), muitos autores vêm afirmando que a principal causa do fechamento de escolas rurais é o avanço do agronegócio no campo, que tem expandido a monocultura e a concentração de terras. Uma outra causa para o fechamento de escolas rurais, que também tem relação com a expansão do agronegócio, é a fragilização da agricultura familiar camponesa, uma vez que os créditos e subsídios destinados ao agronegócio são bem maiores. Além disso, autores vem estudando uma dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação brasileira, na disputa não só pelos territórios das escolas rurais, através do fechamento e nucleação das escolas rurais, mas também a partir de uma disputa político-ideológica, que se materializa em ações educacionais que visam incidir

[1] Esse trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida pelo projeto de Estágio Interno Complementar “Educação do Campo” do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária) da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (FFP-UERJ), sob a coordenação do professor doutor Paulo Roberto Raposo Alentejano.

sobre o currículo, o material didático e a formação de professores, com o objetivo de controlar os conteúdos ensinados não só nas escolas do campo, mas também nas escolas da cidade, no que diz respeito ao agronegócio. (Alentejano, Cordeiro, Lines, Silva, e Linhares, 2021, p. 466).

O sistemático processo de retração da oferta escolar rural no Brasil vem sendo denunciado pelos movimentos sociais do campo desde o ano de 2011, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organizou a campanha intitulada “Fechar escola é crime”, denunciando o fechamento de escolas rurais e promovendo um debate acerca do direito das populações do campo à educação. Apesar da campanha, o processo de fechamento de escolas rurais continuou ocorrendo nos anos seguintes, gerando diversas pesquisas sobre o tema.

A pesquisa em curso vem demonstrando o importante papel dos movimentos sociais do campo na luta por políticas públicas educacionais para as populações do campo. De acordo com o Alentejano e Lines (2023), as escolas brasileiras são classificadas com relação à localização em rurais e urbanas. Historicamente, há uma profunda desigualdade entre as escolas rurais e as escolas urbanas, configurando um descaso por parte do Estado brasileiro no plano educacional com as comunidades rurais. A partir da constatação dessas desigualdades educacionais, os movimentos sociais do campo conceberam um projeto educacional voltado para atender aos seus interesses, necessidades e especificidades: a Educação do Campo.

Assim, a Educação do Campo, conforme definido por Caldart (2012), é um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação a partir dos interesses sociais das comunidades camponesas. Dessa forma, a Educação do Campo não nasceu como uma teoria educacional, pois suas primeiras questões foram de ordem prática e constitui-se como uma luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. Não é uma educação *para* nem apenas *com,* é uma educação *dos* camponeses. A concepção da Educação do Campo foi construída a partir de três matrizes pedagógicas: a *Pedagogia do Oprimido, a Pedagogia Socialista e a Pedagogia do Movimento*.

Além disso, a Educação do Campo combina luta coletiva por políticas públicas no campo educacional brasileiro com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida. Assim, seu percurso assume a tensão de reafirmar, no diverso que é patrimônio da humanidade que se almeja a unidade

no confronto principal e na identidade de classe que objetiva superar, no campo e na cidade, as relações sociais capitalistas. (Caldart, 2012, p. 263-264).

No entanto, conforme Caldart (2015), atualmente, a Educação do Campo tem sido alvo de disputa por diferentes grupos, inclusive por representantes do polo do capital (empresários do agronegócio, governos, etc) que tentam associar esse nome a uma visão "modernizada" da educação rural, historicamente associada ao atraso do latifúndio. Sobre essa dupla ofensiva, Alentejano et. al. (2021) analisaram a dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação pública: por um lado, fechando escolas no campo, representando uma ofensiva sobre os territórios das escolas rurais, e por outro lado, realizando uma ofensiva político-ideológica - que engloba uma diversidade de ações voltadas para o controle do conteúdo ensinado nas escolas do campo e da cidade, no que diz respeito ao agronegócio, como já mencionado anteriormente.

Nesse contexto, diversos autores defendem que existe uma relação entre o avanço do agronegócio no campo brasileiro e a retração da oferta escolar rural nos últimos anos no Brasil. Para Mariano e Sapelli (2014), as principais causas do fechamento de escolas rurais são a fragilização da agricultura familiar camponesa e o avanço do agronegócio no campo. Bibiano e Souza (2016) afirmam que uma das causas do fechamento de escolas rurais é a ampliação do agronegócio simultaneamente à ausência de investimentos para que o camponês permaneça no campo. Como consequências desse processo, Bibiano e Souza citam o significativo índice de analfabetismo no campo, os desgastes por meio da saída do campo para estudar na cidade e a perda da identidade territorial camponesa. Já Cordeiro (2017) defende que o fechamento e a nucleação de escolas rurais é um dos quatro elementos que indicam a ofensiva do agronegócio contra o projeto da Educação do Campo. Os outros elementos são: a mercantilização da educação, o avanço do agronegócio nas escolas públicas brasileiras e ressignificação do conceito de Educação do Campo.

Para além da discussão sobre o projeto de Educação do Campo, a pesquisa também discute como o agronegócio veio se consolidando historicamente como agente hegemônico no campo brasileiro. De acordo com Alentejano e Lines (2023), desde o final dos anos 1990, a grande mídia empresarial tem se empenhado em transmitir ao povo brasileiro uma imagem amplamente favorável do agronegócio, ao mesmo tempo em que criminaliza as lutas dos movimentos sociais do campo. Essa imagem favorável atingiu seu auge com a campanha "Agro é pop, agro é tech, agro é tudo", veiculada pela Rede Globo desde junho de 2016, com o objetivo de combater a ideia amplamente difundida na sociedade brasileira de que o latifúndio era improdutivo e afirmar uma responsabilidade

social e ambiental do agro(negócio), negando a existência de projetos alternativos de organização social, ambiental e produtiva no campo brasileiro.

Conforme descrito por Alentejano e Lines (2023),

> Ora, trata-se de ardilosa estratégia para ocultar o verdadeiro caráter do agronegócio. Agronegócio é violência no campo. Agronegócio é insegurança alimentar. Agronegócio é superexploração do trabalho. Agronegócio é devastação ambiental. Agronegócio é desigualdade na distribuição das terras e da riqueza. (Alentejano e Lines, 2023, p. 14).

Sobre a definição de Agronegócio, Alentejano e Lines (2023) fazem a seguinte observação:

> O agronegócio foi definido por Delgado (2006, p. 1) como uma "*associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do estado"*. Consideramos importante acrescentar a essa definição a sustentação político-ideológica da grande mídia empresarial - não à toa, os grandes grupos empresariais da mídia integram a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e como vimos acima, trabalham diuturnamente para promover o agronegócio. (Alentejano e Lines, 2023, p. 14).

Leite e Medeiros (2012) afirmam que a lógica de expansão do agronegócio no Brasil está intimamente ligada à disponibilidade de terras. Dessa forma, para os empresários do setor, além das terras em produção, é necessário que haja um estoque de terras disponível para a expansão, o que tem provocado um constante aumento dos preços das terras, tanto em áreas onde o agronegócio já se implantou quanto nas áreas que podem possibilitar o crescimento da produção.

Sobre o quadro da demanda crescente de terras por parte do agronegócio, Alentejano e Egger (2021) afirmam que:

> Nessa perspectiva, áreas de preservação ambiental, terras indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais e de uso comum são obstáculos a serem removidos, visando ampliar a oferta de terras no mercado que vive momento de intenso aquecimento, derivado do crescimento da demanda internacional por commodities agrícolas e do crescente interesse de grupos estrangeiros na aquisição de terras no Brasil. (Alentejano e Egger, 2021, p. 99 - 100).

Alentejano e Egger (2021) também afirmam que a incorporação de novas áreas é condição fundamental para a dinâmica do agronegócio, ampliando o domínio territorial e abrindo novas fronteiras através da "acumulação por espoliação" (Harvey, 2004), processo violento de apropriação e expropriação dos recursos naturais, terras e territórios que imprime nos territórios padrões de conflito expressos em sistemáticos despejos, cessão irregular de terras, cerceamento de acessos públicos, cercamento de terras de uso coletivo, impedimento de acesso à água, captação em escala industrial dos recursos hídricos, desmatamentos, entre outros conflitos. Dessa forma, a violência é parte constitutiva da lógica do agronegócio, haja vista a persistência, em pleno século XXI, de elevados índices de assassinatos, despejos e expulsões nas disputas por terra no país, com requintes

de crueldade, quando se considera que em 2017 foram nada menos que cinco massacres de camponeses, quilombolas e indígenas no campo brasileiro.

Assim, a pesquisa em andamento tem como proposta comprovar que o processo de fechamento de escolas rurais é, ao mesmo tempo, um mecanismo para a expulsão das populações rurais de seu território e, também, uma expressão do avanço do agronegócio. Conforme Camacho (2019), a Educação do Campo é um instrumento de combate ao agronegócio-lafifundiário e de auxílio à territorialização de um modelo popular de agricultura, que valoriza o trabalho, a economia e a agricultura camponesa.

Essa pesquisa faz-se importante para demonstrar, através de dados quantitativos e de uma análise qualitativa, de que maneira a expansão do agronegócio está contribuindo para o fechamento e a nucleação de escolas rurais. Dessa forma, essa pesquisa pode ser um instrumento de auxílio aos movimentos sociais do campo para debater, denunciar e combater o fechamento de escolas rurais ao demonstrar qual é a parcela de participação do agronegócio nesse processo.

Além dessa pesquisa que já está em andamento, para os próximos períodos, o GeoAgrária pretende analisar mais especificamente a relação entre a oferta escolar rural e a expansão do agronegócio no estado do Mato Grosso do Sul. Na pesquisa realizada até o momento, apenas três unidades federativas brasileiras não sofreram retração da oferta escolar rural no período analisado (2007-2019): o estado de Roraima (+175 escolas rurais), o estado do Amapá (+88 escolas rurais) e o estado do Mato Grosso do Sul (+29 escolas rurais).

O estado do Mato Grosso do Sul tornou-se uma lacuna para a pesquisa porque na análise referente à expansão do agronegócio, foi possível constatar que, dos seis produtos analisados (soja, milho, cana-de-açúcar, pecuária, pinus e eucalipto), o Mato Grosso do Sul figurou como destaque na ampliação da área plantada em quatro deles: eucalipto (estado líder em expansão da área plantada), soja (5º estado com maior expansão da área plantada), milho (2º estado com maior expansão da área plantada) e cana-de-açúcar (3º estado com maior expansão da área plantada), demonstrando que houve uma ampliação significativa da área total de domínio do agronegócio na área territorial do Mato Grosso do Sul.

Assim, faz-se necessário entender sobre quais áreas do estado do Mato Grosso do Sul o agronegócio está avançando, já que aparentemente não avançou sobre territórios onde havia escolas rurais, como vem acontecendo em praticamente todo o território nacional ao longo dos últimos anos. É preciso entender como o agronegócio está avançando pelo território do Mato Grosso do Sul sem afetar as escolas rurais e ao contrário, expandindo o número de escolas rurais. Assim, resta saber se

o que de fato ocorre é uma expansão real do número de escolas rurais ou alguma estratégia do agronegócio para escamotear o fechamento e a nucleação de escolas rurais.

METODOLOGIA

Para realizar esse estudo apresentado, foram comparados os dados da expansão do agronegócio e os dados da retração da oferta escolar rural. Para analisar a expansão do agronegócio, foram utilizados os dados referentes à Produção Agrícola e Pecuária Municipal e à Produção da Extração da Silvicultura disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). Com relação à Produção Agrícola Municipal, foram utilizados os dados da área plantada de lavoura temporária de soja, milho e cana. Esses produtos foram escolhidos para terem seus dados analisados em razão de serem estes os produtos com maior área plantada, que mais consomem agrotóxicos e mais cultivados pelo agronegócio, conforme aponta Rigotto e Rosa (2012):

> Os agrotóxicos são utilizados em grande escala no setor agropecuário, especialmente nos sistemas de monocultivo em grandes extensões. Em conjunto com a acelerada expansão da área cultivada - 39% nas regiões Sul e Sudeste e 66% na região Centro-Oeste nos últimos três anos -, a soja foi responsável por cerca de metade do consumo de agrotóxicos no país em 2008, seguida das lavouras de milho e cana, essa última associada à produção de agrocombustíveis – supostamente "limpos" – para exportação. (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, 2009 apud Rigotto e Rosa, 2012, p. 87).

Com relação à Pesquisa Pecuária Municipal foram utilizados os dados relativos ao efetivo de rebanhos bovinos e em relação à Produção da Extração da Silvicultura, foram analisados os dados relativos à área total de extração de eucalipto e pinus. A escolha desses produtos se deve ao fato de que a criação de bovinos e a produção de eucalipto e pinus são mais frequentemente desenvolvidos sob a forma da monocultura, típica do agronegócio. Cabe ressaltar, que a análise dos dados de expansão do agronegócio tiveram como recorte espacial as mesorregiões brasileiras, tal como a análise da retração da oferta escolar rural. (Lines, 2022, p. 62).

Para realizar a análise quantitativa do fechamento de escolas rurais nas mesorregiões do Brasil foram utilizados os resultados dos Microdados do Censo Escolar da Educação Básica e os dados da Sinopse Estatística da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Após a organização dos dados, foi realizada uma análise comparando as mesorregiões em que houve, concomitantemente, nos períodos analisados, retração da oferta escolar rural e avanço do agronegócio. Com relação ao recorte temporal, os dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura só estão disponíveis a partir de 2013 e por isso esse ano foi usado como ano

inicial nessa pesquisa e não o ano de 2007, como na Pesquisa Agrícola Municipal e na Pesquisa Pecuária Municipal.

A partir das duas análises realizadas separadamente, foram elaboradas tabelas e mapas demonstrando a correlação entre os dois processos. Atualmente, vem sendo realizada uma atualização dos dados investigados nos períodos anteriores, ou seja, estão sendo organizados os dados a partir de 2020, haja visto que a pesquisa anterior analisou os dados de 2007 e 2019, com o objetivo de verificar se a relação entre os dois processos estudados continua ocorrendo e se agravando.

Já com relação à pesquisa da expansão da oferta escolar rural no estado do Mato Grosso do Sul, pretende-se realizar, primeiramente, uma análise quantitativa da expansão de escolas rurais no estado, entre os anos de 2007 e 2024, utilizando os dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao MEC.

Já para realizar a análise qualitativa da expansão de escolas rurais serão utilizados os Microdados do Censo Escolar, também disponibilizados pelo Inep, referentes aos anos de 2007 a 2024. Os Microdados do Censo Escolar apresentam a lista de todas as escolas do Brasil e através do código Inep das escolas será possível rastrear o que ocorreu com cada uma delas, caso a caso.

Para investigar as políticas educacionais vigentes, também serão realizados trabalhos de campo com visita a alguns municípios do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de conhecer a realidade educacional local e conversar com a população rural. Os locais de visita serão definidos a partir da análise dos dados de expansão da oferta escolar rural, ou seja, antes do trabalho de campo é preciso saber quais são as escolas que foram abertas (se foram abertas), em quais municípios houve abertura de escolas e entender o que ocorreu nessas localidades para que tenham obtido sucesso na ampliação da rede escolar rural.

Para a investigação referente à expansão do agronegócio, serão utilizados dados da pesquisa agropecuária do IBGE, disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Os dados serão retirados da Pesquisa da Pecuária Municipal (PMM), da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Produção da Extração Vegetal da Silvicultura (PEVS).

Também será relevante pesquisar os conflitos por terra e por água no Mato Grosso do Sul. As informações sobre os conflitos podem ajudar a revelar a dinâmica da expansão do agronegócio no campo, inclusive se algum desses conflitos envolvem a luta por territórios das escolas rurais. Para esse estudo serão utilizados os dados de conflitos pela terra e pela água e as ações dos movimentos

sociais do campo que são contabilizados e publicados anualmente nos Cadernos de Conflitos no Campo Brasil pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A História do Brasil é marcada pela luta pela terra. Conforme Fernandes (1999), a luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra à expropriação. Foram muitas lutas e guerras contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo. E a resistência do campesinato brasileiro esteve presente em todos os períodos da história do Brasil.

De acordo com Dias (2015), o modo de produção capitalista ao longo de seu desenvolvimento gera contradições que são inerentes ao seu próprio modo de funcionar. Estas se expressam na máxima socialização do processo de produção – divisão do trabalho - e na apropriação privada dos resultados produtivos. Assim, ao mesmo tempo em que se produz muita riqueza nesta sociedade, fruto do trabalho de milhões de trabalhadores, vai gerando enormes desigualdades sociais intrínsecas ao desenvolvimento capitalista. O capitalismo produz riquezas e noutro polo, proporcionalmente, produz pobreza. No caso brasileiro essa desigualdade é extrema.

Além da desigualdade social, o capitalismo contribui para a concentração fundiária. Conforme Dias (2015), a distribuição da posse da terra altamente concentrada tem como característica fundamental a coexistência do binômio latifúndio-minifúndio. É assim que o latifúndio improdutivo, símbolo do atraso no meio rural brasileiro, serve como reserva de terras agricultáveis às grandes empresas que atuam na agricultura brasileira. Estas terras reservadas são apropriadas por empresas capitalistas quando for viável economicamente expandir a sua monocultura.

Além disso, os efeitos socioeconômicos dessa via de desenvolvimento capitalista sobre o conjunto da população rural também ocasionaram a aceleração do êxodo rural (cerca de 30 milhões de pessoas entre 1960-80), o incremento da exploração da força de trabalho, a ampliação do processo de expropriação de camponeses (tanto dos que viviam como dependentes dentro dos grandes domínios como dos produtores autônomos), a deterioração ambiental e a piora nas condições de vida da maioria dos trabalhadores. (Pereira e Alentejano, 2014, p. 81).

Para Dias (2015), a discussão do agrário brasileiro e a manutenção da estrutura fundiária do país está associada à questão da tecnologia. A imagem do agronegócio difundido como “moderno” para o desenvolvimento da agricultura brasileira perpassa a discussão do desenvolvimento da

tecnologia, o discurso do progresso da ciência ancorado na necessidade do aumento de produtividade. Esta abordagem superficial escamoteia a lógica que se esconde por trás do marketing e das boas intenções, a manutenção ou ampliação da competitividade do setor agrícola no mercado globalizado, deslocando seu domínio das formas tradicionais de apropriação de matérias-primas e mão de obra barata para o domínio da tecnologia genética. Dias defende que, guardadas as devidas proporções, o avanço da ciência e da tecnologia no meio rural brasileiro, assinaladas como modernas, mantém as mesmas condições de dependência e de submissão que consideramos historicamente como relações arcaicas. Como comprovamos, por exemplo, com a mecanização da lavoura da cana não se excluiu de fato a escravidão dos trabalhadores.

> O setor do agronegócio se apresenta para a sociedade como a solução para os problemas do campo e para a melhoria de vida da população dos centros urbanos. Mas, na prática, seu modelo de produção capitalista na agricultura destrói a vida em sua plenitude, expulsa os trabalhadores da terra, devasta o solo, contamina as águas e leva à extinção da biodiversidade. (Dias, 2015, p. 71).

Dentre as desigualdades sociais do campo, a desigualdade no acesso à educação pública é uma das reinvindicações dos movimentos sociais campesinos:

> Uma questão específica à realidade brasileira é a de que há no Brasil uma desigualdade substantiva, histórica, no atendimento aos direitos humanos e sociais da população trabalhadora do campo (camponeses, assalariados rurais, povos tradicionais, quilombolas e indígenas,...) e, particularmente, no acesso à educação pública (escolarização básica, técnica, superior), em relação ao conjunto da população. Temos, portanto, como Nação, uma dívida histórica, e ainda não resolvida, com os trabalhadores do campo em relação ao seu acesso à educação e especialmente à educação escolar. E o tratamento a esta questão, como luta política e na esfera da política pública precisa seguir o antigo princípio: para restabelecer uma igualdade roubada, são necessárias medidas desiguais, tratamento diferenciado, ou, na expressão de Marx, “direitos desiguais”. (Caldart, 2015, p. 8).

Assim, dentre todos os problemas que atingem o campo brasileiro atualmente, o processo de retração da oferta escolar rural se configura como um dos mais graves pois conforme Taffarel e Munarim (2015), o fechamento de escolas vem sendo denunciado como um crime contra a nação brasileira e, considerando que a educação tem sua especificidade e natureza delimitada nos fundamentos e princípios que possibilitam nos tornarmos seres humanos, fechar escola representa um violento ataque à própria humanização da população brasileira, um verdadeiro crime contra uma nação e sua classe trabalhadora, em especial aos povos do campo, florestas e águas.

Para analisar o avanço do agronegócio nos últimos anos no Brasil, optou-se por estudar a expansão da área plantada com commodities. Conforme definição de Delgado (2012), o termo *commodity*, que em português significa mercadoria, é usado tanto na economia política quanto em

sua crítica, para referir-se a um recurso, bem ou serviço que ao receber um preço e ser comprado e/ou vendido no mercado, torna-se mercadoria.

Alentejano (2020) destacou que a estratégia política de ancorar a economia na exportação de *commodities* não é exclusiva do Brasil e foi disseminada por toda a América Latina, configurando o denominado "consenso das *commodities*" (Svampa, 2013), espécie de consenso político e ideológico em que a única via legítima ou possível para o desenvolvimento é através da exploração intensiva e em grande escala de recursos naturais para a produção de produtos primários.

A expansão da fronteira agrícola, com a destruição do bioma original, agredindo-o e transformando-o em monoculturas – de grãos, ou de bovinos, ou de árvores – é uma severa agressão à biodiversidade. As monoculturas, vegetais ou animais, são, pois, claramente indesejáveis posto que a monocultura é a antítese da agrobiodiversidade. (Machado, 2012, p. 49).

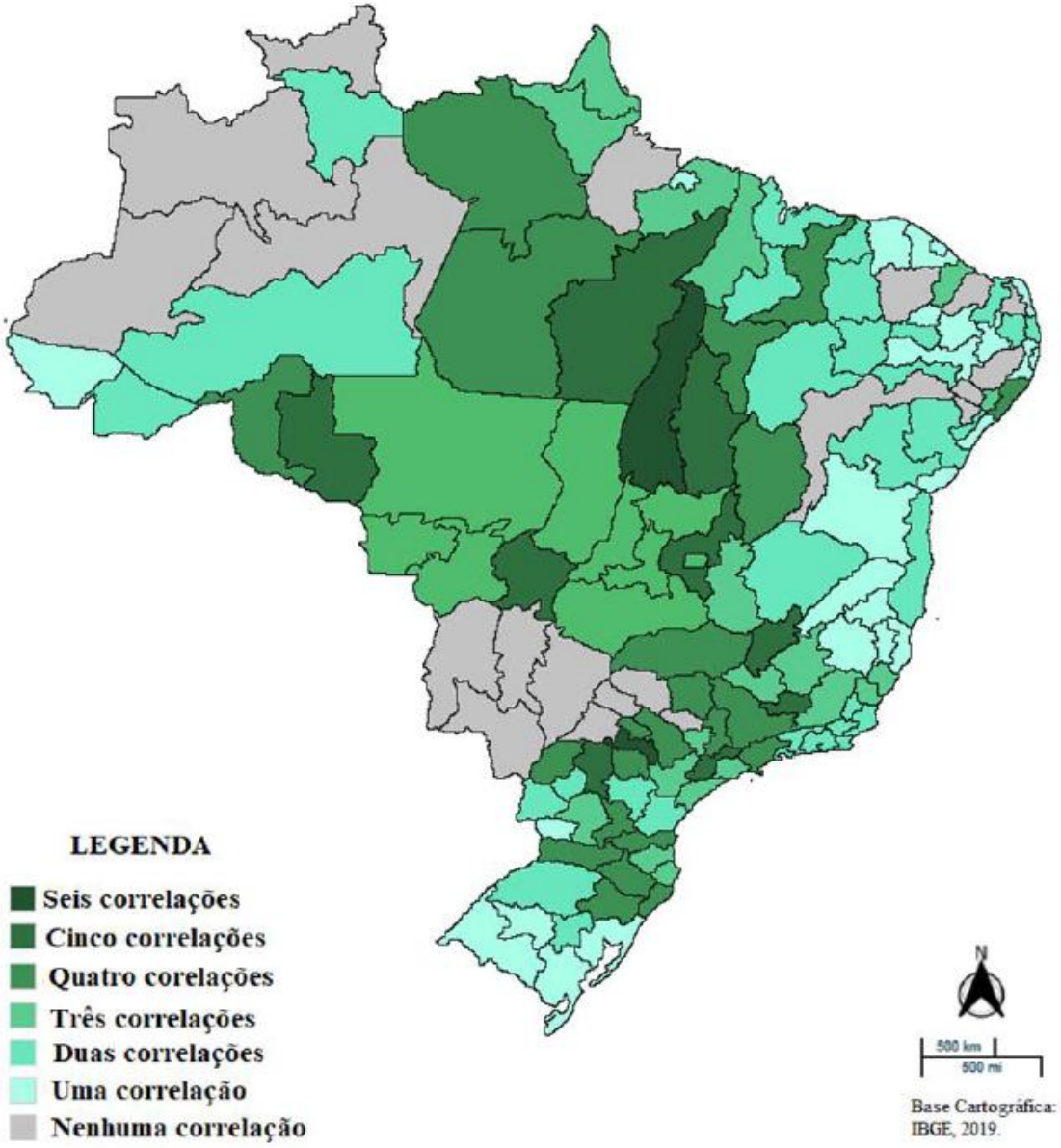
Para realizar o estudo final da relação entre os dois processos analisados, foram contabilizadas as correlações entre os dados de retração da oferta escolar rural e da expansão do agronegócio dos seis produtos/atividades analisados ao longo da pesquisa em cada mesorregião brasileira e foi elaborado o mapa 1, representando essas correlações.(Alentejano e Lines, 2023, p. 225).

O mapa 1 apresenta sete faixas de cores classificando as mesorregiões de acordo com o número de correlações existentes entre os processos de retração da oferta escolar rural e da expansão do agronegócio dos seis produtos analisados. Pelo mapa, pode-se observar que as zonas na cor verde, que indicam as correlações entre os dois processos, preenchem quase a totalidade do Brasil, enquanto as partes cinzas, que indicam a ausência de correlações, preenchem poucas mesorregiões do mapa. O mapa 1 foi elaborado a partir da comparação do mapa da retração da oferta escolar rural por mesorregião geográfica no período de análise com todos os mapas referentes ao avanço do agronegócio de cada um dos produtos/atividades analisadas. Todos os mapas possuíam três faixas de tonalidades da mesma cor – do tom mais claro para a mais escuro – indicando, respectivamente, se o processo em análise ocorreu de maneira leve, moderada ou intensa.

Conforme pode ser observado no mapa 1, o estudo anteriormente realizado e que está sendo atualizado, concluiu que das 137 mesorregiões brasileiras, apenas 9 mesorregiões não sofreram retração da oferta escolar rural e das 128 mesorregiões restantes, apenas 11 não apresentaram nenhuma correlação com o avanço do agronegócio de qualquer um dos seis produtos analisados (soja, milho, cana-de-açúcar, pecuária bovina, eucalipto e pinus). Dessas 128 mesorregiões em que houve retração da oferta escolar rural, duas apresentaram seis correlações, nove apresentaram cinco correlações, trinta apresentaram quatro correlações, vinte apresentaram três correlações, trinta e uma

apresentaram duas correlações e vinte e cinco apresentaram uma correlação. Dessa forma, das 128 mesorregiões em que houve retração da oferta escolar rural, 117 apresentaram alguma correlação com a expansão do agronegócio de algum dos produtos pesquisados.

Mapa 1 - Número de correlações entre a retração da oferta escolar rural e o avanço do agronegócio no período de análise (2007/2013 – 2019)



Fonte: Mapa elaborado por Roberta da Costa Lines, a partir dos dados das Sinopses Estatísticas de Educação Básica (Inep/MEC, 2007-2019); dos dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (IBGE, 2013/2019); dos dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2007/2019) e dos dados Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2007/2019).

Cabe ressaltar que a classificação em apenas três faixas se fez necessária para facilitar a comparação entre os dois processos, no entanto, deve-se destacar que não se trata de uma análise taxativa em razão das diversas variáveis que podem envolver os dois processos (retração da oferta escolar rural e avanço do agronegócio). E para esta análise foram considerados apenas os dados absolutos. A classificação dos processos em leve, moderado e intenso variariam muito se fossem considerados também os dados proporcionais. Mas como esse estudo possui um caráter preliminar, que se propôs a indicar em quais mesorregiões esses processos podem estar correlacionados, os dados proporcionais para a análise final não foram considerados. (Lines, 2022, p. 166).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tudo o que foi analisado ao longo da pesquisa, foi possível constatar que nos últimos anos o agronegócio vem investindo em diferentes eixos (econômico, político e ideológico) para se consolidar como base fundamental da economia e da sociedade brasileira, tentando expandir seus territórios e difundir uma imagem positiva entre a população brasileira.

E conforme vem sendo demonstrado nessa pesquisa, a educação tem sido uma das muitas áreas que vem sofrendo uma forte investida do agronegócio, através não só da ofensiva contra os territórios das escolas rurais, mas também da ofensiva político-ideológica, ao tentar interferir nos currículos, na formação de professores e no material didático, com o objetivo de propagar uma imagem positiva e impedir a difusão do pensamento crítico ao setor, tanto nas escolas rurais quanto nas escolas urbanas.

No entanto, essa tarefa empreendida pelo agronegócio não tem sido fácil em razão do seu bastante difundido histórico de violência, como um modelo que aprofunda as desigualdades sociais, adoece pessoas e animais através da contaminação de alimentos, solos e águas, além de ameaçar a soberania alimentar (Lines, 2022, p. 22).

Esse estudo faz-se útil à sociedade na medida que poderá ser utilizado pelos movimentos sociais do campo e por pesquisadores da Educação do Campo e das políticas públicas educacionais do campo para terem acesso aos dados quantitativos sintetizados.

A pesquisa demonstrou que nas 21 mesorregiões em que a retração da oferta escolar rural foi classificada como forte, apenas o Agreste Pernambucano, os Sertões Cearenses e o Vale São Franciscano da Bahia não apresentaram relação com a expansão da área dos produtos analisados. Nas 77 mesorregiões em que a retração da oferta escolar rural foi classificada como moderada, apenas

seis não apresentaram correlação com a expansão do agronegócio de qualquer um dos produtos analisados. Já nas 30 mesorregiões em que a retração da oferta escolar rural foi classificada como leve, apenas as mesorregiões Norte Amazonense e Sudoeste Amazonense não possuem qualquer correlação com a expansão dos produtos analisados. Vale ressaltar que o avanço do agronegócio pode ser uma das causas da retração da oferta escolar rural, mas não é a única causa, posto que existem outros processos em curso que podem estar relacionados com a retração da oferta escolar rural, como por exemplo, o avanço do processo de urbanização, que não foi analisado nessa pesquisa. (Lines, 2022, p. 200).

O processo de retração da oferta escolar rural vem sendo denunciado pelos movimentos sociais rurais há algum tempo, mais precisamente, desde 2011, e apesar de todas as denúncias o processo continua em curso. Assim, com esse estudo, os dados analisados acabam por comprovar a correlação entre o processo de fechamento de escolas rurais e a expansão do agronegócio evidenciando que o agronegócio representa um verdadeiro retrocesso na educação.

Palavras-chave: Geografia agrária; Agronegócio; Educação do Campo; Escolas do campo; Fechamento de escolas rurais.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo; CORDEIRO, Tássia.; LINES, Roberta.; SILVA, Leonam.; LINHARES, Ingrid. **A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político- ideológica**. *Terra Livre,* [s. i.], v. 2, n. 57, p. 433–470, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2320>. Acesso em: 18 ago. 2025.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. ; LINES, Roberta da Costa . **Agro é... retrocesso na educação: Expansão do agronegócio e fechamento de escolas no Brasil (2007-2019).** In: Luis Henrique Leandro Ribeiro; Matheus da Silveira Grandi. (Org.). Geografia e Relações de Poder - Trajetórias teórico-metodológicas e lutas na produção do espaço e dos saberes geográficos. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2024, v. 1, p. 207-234.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil.** Caderno Prudentino de Geografia, v. 42, p. 251-285, 2020.

BIBIANO, Gisele Leite; SOUZA, Francilane Eulália de. **Dicotomias e Territórios em disputa no fechamento de escolas no campo das mesorregiões Leste e Norte goiano.** In: Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG (CEPE), 2016, Pirenópolis. Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG (CEPE), v. 3, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica 1997**. Brasília: Inep, 1997. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica 2023**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da Educação do Campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio**. REVISTA NERA (UNESP), p. 64-90, 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**. In: CALDART, R. et al. Dicionário da educação do campo. RJ/SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 257 – 265, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual.** Porto Alegre, 2015.

DIAS, Cristiane Francelina. **Modernizações conservadoras: entidades orgânicas do agronegócio (ABAG: 1993-2013).** 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo. **A educação do campo no confronto entre agronegócio e agricultura camponesa**. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017, Curitiba. *Anais do SINGA 2017*, 2017.

DELGADO, Nelson Giordano *Commodities* agrícolas. In: CALDART, R. et al. Dicionário da educação do campo. RJ/SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 133 – 141, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** *Cultura Vozes,* v. 93, n. 2, p. 1-9, 1999.

GEOAGRÁRIA; GTAGRÁRIA AGB-RIO/NITERÓI. **A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação**. *GeoAgrária FFP*, Rio de Janeiro, 1 maio 2021. Disponível em: <https://geoagrariaffpuerj.blogspot.com/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias.** Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/. Acesso em: 24 nov. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Área total existente em 31/12 dos efetivos da silvicultura, por espécie florestal.** Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/. Acesso em: 24 nov. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho.** Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/. Acesso em: 24 nov. 2025.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Agronegócio.** In: CALDART, R. et al. Dicionário da educação do campo. RJ/SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 79 – 85, 2012.

LINES, Roberta da Costa. **Agro é… retrocesso na educação: a relação entre o avanço do agronegócio e a retração da oferta escolar rural nos últimos anos no Brasil**. 236 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro), 2022.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Agrobiodiversidade**. In: CALDART, R. et al. Dicionário da educação do campo. RJ/SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 257 – 265, 2012.

MARIANO, Alessandro Santos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas do campo**. In: 6º. Seminário Nacional Estado e políticas sociais 2º. seminário de Direitos Humanos, 2014, Toledo PR. Anais do 6º. Seminário Nacional Estado e políticas sociais 2º. seminário de Direitos Humanos - Unioeste, p. 1-16, 2014.

PEREIRA, João Marcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014).** Tempos Históricos, v. 18, p. 73-111, 2014.

RIGOTTO, Raquel Maria; ROSA, Islene Ferreira. **Agrotóxicos.** In: CALDART, Roseli. et al. Dicionário da educação do campo. RJ/SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 86 – 94, 2012.